

FENAE Agora

www.fenae.org.br

Edição 46 - ano 9
março/abril de 2006
distribuição gratuita

Publicação da Federação Nacional
das Associações do Pessoal da
Caixa Econômica Federal

Impresso
Especial

1416/2004-DR/BSB
Fenae

...CORREIOS...



Teatro do absurdo Méritos da Caixa encenados como escândalos

A arena política promove há meses o espetáculo que transforma em denúncia as iniciativas de afirmação e fortalecimento da Caixa Econômica Federal como instituição pública, a serviço do Brasil

Manifesto
O Brasil precisa da Caixa
Pág.12



Anime-se!

Tem mais um concurso no ar.

ArteFenaé Animação 2006 é o primeiro concurso de tecnologia para internet lançado pelo Circuito Cultural Fenaé

As animações devem ser desenvolvidas em flash. O tema é livre e podem participar os sócios efetivos da Apcef ou contribuintes do Fenaé Doações.

Os vencedores ganham pontos no Programa PAR:

1º lugar: 150.000 pontos no Programa PAR + troféu

2º lugar: 100.000 pontos no Programa PAR + troféu

3º lugar: 50.000 pontos no Programa PAR + troféu

Júri Popular: 50.000 pontos no Programa PAR + troféu

Todos os inscritos ganham 200 pontos no Programa PAR e as seis animações pré-selecionadas para o júri popular serão premiadas com dois mil pontos

Veja o regulamento completo nos sites da Fenaé (www.fenaé.org.br) e do Programa PAR (www.programapar.com.br)

Data limite para inscrição: 24 de abril de 2006.



ATENÇÃO:

Leia atentamente o regulamento e siga as instruções de envio do trabalho, pois os trabalhos em desacordo com as regras não serão inscritos.



Com a Caixa e com o Brasil

FENAE AGORA expõe aos bancários da Caixa e ao público em geral os bastidores do teatro do absurdo que há meses mantém em cartaz a transformação do cotidiano da Caixa numa sucessão de “escândalos”.

Os fatos, quando vistos fora do palco político, sem encenações para câmeras de TV, desnudam a farsa. Revelam acusações infundadas, manipulação de informações, objetivos políticos e uma forte cruzada contra os bancos públicos, na qual evidencia-se o propósito de viabilizar privatizações futuras.

O esforço para se cravar a pecha de negócio escuso em operações e iniciativas que se mostraram positivas para a Caixa, como no caso da compra da carteira de crédito consignado do BMG, só se explica como estratégia dos detratores da empresa. O que se busca, de fato, é minar o processo de recuperação da Caixa como empresa pública capaz de servir ao Brasil na implementação de políticas sociais e de manter-se competitiva no mercado.

São igualmente preocupantes as insistentes investidas contra as fontes de recursos que dão sustentação às ações demandadas à Caixa pelo poder público e pela sociedade. Há um forte e atuante lobby para que os depósitos judiciais mantidos na empresa sejam submetidos à concorrência privada, assim como os recursos do FGTS, das contas-salário e dos pagamentos do INSS. Essa sangria de recursos seria fatal para a Caixa. Ela perderia sua capacidade de resistência como instituição pública e seria conduzida à morte pelo caminho mais curto.

Os bancários da Caixa e a população brasileira não podem aceitar que prosperem a onda de denúncias forjadas, a distorção da lógica da apuração dos fatos e o oportunismo dos que aproveitam o momento para recolocar os pilares do projeto de desmonte da empresa. Nesta edição, a Fenae publica o manifesto “O Brasil precisa da Caixa”, no qual rechaça o envolvimento da instituição no jogo político em curso no país e ressalta a sua importância como banco público, a serviço da sociedade brasileira.

O manifesto está aberto a adesões. As entidades sindicais e associativas dos bancários e de qualquer outra categoria, assim como as organizações populares e não-governamentais que desejarem subscrevê-lo podem encaminhar solicitação para o e-mail imprensa@fenae.org.br. Se o Brasil precisa da Caixa, é hora de defendê-la. 



- 4 **Duas Apcefs do Norte mostram a cara: Amazonas e Amapá**
- 5 **Na Rede, o jeito de cozinhar os alimentos sem desperdício**
- 6 **Detratores da Caixa fazem acusações infundadas**
- 12 **Fenae divulga manifesto “O Brasil precisa da Caixa”**
- 13 **CDN busca fortalecer movimento associativo**
- 14 **Em 2006, Programa PAR vai deflagrar campanha a cada mês**
- 16 **Apcefs escolhem representantes para a 8ª edição do Música Fenae**
- 17 **Blumenau (SC) sedia em agosto os Jogos da Fenae de 2006**
- 19 **Trabalhadores se preparam para o 9º ConCUT, em São Paulo**
- 21 **Eleições na Funcef serão realizadas no mês de maio**
- 22 **ACM Neto insiste em acusação infundada contra a Funcef**
- 23 **Moradia de interesse social reivindica verbas federais**
- 24 **Carga tributária é alta e ricos praticamente não pagam imposto**
- 29 **Rota X - Moto Clube se espalha entre os motociclistas da Caixa**



A estrutura e as atividades da Apcef/AM

Atividades esportivas, culturais e sociais são o ponto forte da Apcef/AM. A estrutura da sede em Manaus possui campo de grama sintética, quadra de vôlei, campo de futebol de areia e vôlei, parque aquático, piscina semi-olímpica, campo de futebol e academia de ginástica e musculação terceirizada.

A tradicional pelada acontece sempre às terças-feiras (19h às 21h) e aos sábados (10h às 12h). Em novembro do ano passado, a sede social da Apcef/AM

serviu de palco para uma festa esportiva memorável: a 1ª edição dos Jogos do Norte, que contou com a participação de atletas de seis estados - Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Duas escolas - a de xadrez e a de natação - também disputam a atenção dos associados e seus familiares.

Em dois outros segmentos, o cultural e o social, a atuação da Apcef/AM é igualmente relevante. Pagode da gerência aos sábados -

a partir das 20h, ApcefFolia (no período de carnaval com a Banda do Clube da Caixa - uma dos mais tradicionais de Manaus) e bailes infantis são exemplos de atividades com público garantido.

Os projetos em desenvolvimento visam a cobertura da área do bar/restaurante e a conclusão das obras da sala "Recordar é viver". Esta sala funcionará como uma espécie de galeria, com o objetivo de mostrar um pouco da história da associação.



Foto: Apcef / AP

No Amapá, uma Apcef sob a linha do Equador

Um ambiente sem poluição, uma cidade de pequeno porte, uma população acolhedora, uma rica paisagem natural proporcionada pelo rio Amazonas e ainda um comércio crescente. Assim é Macapá (capital do Amapá), a única do país cortada pela linha do Equador. O estilo ainda rústico da região desperta muitas curiosidades e serve de cenário para

a Apcef/AP, localizada na rodovia Juscelino Kubstchek - 1.907 - bairro Universidade.

A estrutura da Apcef/AP ainda é pequena. A associação, hoje, conta com 63 sócios efetivos. Apenas um empregado está encarregado de cuidar da sede social, que possui um salão para eventos com capacidade de receber cerca de 300 pessoas. Há também quadra espor-

tiva, quadra de vôlei de areia, campo de futebol society gramado, piscina infantil e bosque.

A sede da Apcef/AP é, antes de tudo, alegria e tranquilidade, mas ainda não possui chalés para hospedagem. A diretoria da associação promove atividades com o intuito de melhorar o ambiente de trabalho nas unidades da Caixa localizadas no estado.

Agência Carta Maior: mais informação e interação



Wikipédia: a enciclopédia livre

A Wikipédia, uma enciclopédia livre colaborativa disponível na rede desde 2001, vem sendo cada vez mais conhecida por duas razões. Primeiro porque abriga mais de 3,1 milhões de artigos e mais de 720 milhões de palavras em seus 205 idiomas e dialetos, sendo aproximadamente 966.000 artigos em língua inglesa e 115.922 artigos em língua portuguesa (dados de fevereiro de 2006). E, em segundo lugar, por estar inteiramente disponível para qualquer usuário que tenha acesso à rede em várias partes do mundo.

Além disso, e o que permite que a Wikipédia represente uma inovação no campo da democratização da informação, qualquer pessoa pode modificar os artigos publicados, sendo cada leitor um colaborador do projeto. A enciclopédia livre é gerida e operada pela Wikimedia Foundation, uma organização sem fins lucrativos criada a partir de tecnologia 100% livre. (<http://pt.wikipedia.org>)

No início de janeiro, a página da Agência Carta Maior foi remodelada de forma a permitir aos leitores interagir mais com as informações publicadas no site, estimulando o debate democrático. Dentre as mudanças, a página ganhou um leiaute mais limpo, o que facilita a navegação, e a seção “Últimas”,



localizada na lateral direita, para informar ao leitor sobre os novos textos que vão sendo publicados. “O novo espaço será um ótimo lugar para nossa surcursal de Brasília divulgar o que se passa nos bastidores e corredores do poder”, afirma nota da redação. (<http://www.agenciartamaior.com.br>)



Cozinhar sem desperdiçar os alimentos

Hoje no Brasil são desperdiçados 30% dos alimentos produzidos. Para mudar esta realidade, foi desenvolvido no ano passado o Cozinha Brasil - Alimentação Inteligente, que visa promover na sociedade um processo educativo permanente, destinado a fazer do ato de produzir e preparar os alimentos uma cultura promotora de saúde, bem-estar, geração de renda e desenvolvimento com sustentabilidade. Na página do programa existem informações sobre como ser um disseminador do projeto e também conhecer receitas que aproveitam integralmente os ingredientes. A iniciativa é do Conselho Nacional do Sesi, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (www.cozinhabrasil.org.br)

Em cartaz, os de

Acusações infundadas tentam minar o processo de recuperação da empresa como instituição pública, colocando em xeque sua histórica missão de servir ao Brasil na implementação de políticas sociais

A Caixa Econômica Federal tem sido, há meses, alvo de denúncias invariavelmente catapultadas por interesses políticos, tendo como canal de ressonância as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) do Congresso Nacional.

A contestação às acusações consome tempo, energia e inteligência que deveriam estar centradas em ações de alavancagem da empresa, em proveito dos clientes, dos usuários e de toda a sociedade. A falta de consistência das denúncias causa preocupação a todos que se dedicam à afirmação da Caixa como um banco público imprescindível ao país.

Os ataques sistemáticos, sem base na realidade dos fatos, dão cada vez mais força à interpretação de que o alvo central não são irregularidades ou delitos que poderiam estar acontecendo dentro da Caixa, mas sim o revigoramento da capacidade da empresa em servir o país como instrumento de políticas sociais, mantendo-se competitiva no mercado.

Entre os casos a partir dos quais se procura inverter a lógica da busca por elucidação dos fatos e por

punição à prática de delitos, destaca-se o da prorrogação do contrato com a Gtech. As denúncias que envolvem a negociação, feita no início de 2003, estão entre as principais razões encontradas pela CPI dos Bingos para inserir em seu relatório o pedido de indiciamento do atual presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e de outros quatro administradores.

Os fatos

O contrato com a multinacional data de 1997 e foi objeto de sucessivas e escandalosas renegociações até 2002, sem que houvesse qualquer manifestação por

parte dos que hoje se apresentam como arautos da probidade e da ética. Viviam todos embevecidos com os lucros políticos do milagre neoliberal, cujo símbolo era o farto consumo de frango no país. Não viam motivos para questionamentos às privatizações de empresas de siderurgia, de telecomunicações e de diversas outras áreas.

A privatização da empresa Datamec em 1999, como coroaamento do processo de transferência do controle de toda a inteligência da rede de loterias da Cai-



Foto: José Cruz



CPI dos Bingos transformou-se em arena de disputa política e ficou conhecida como CPI do Fim do Mundo. A Caixa é um de seus alvos preferenciais

tratores da Caixa



A CPI ouviu o atual e dois ex-presidentes da Caixa, mas fechou os olhos para procedimentos das gestões anteriores em relação ao contrato com a Gtech

xa para a Gtech, assim como as renegociações de contratos com aumentos generosos, eram questões de somenos.

O contrato com a multinacional previa, inicialmente, pagamento de R\$ 0,05 por operação. Em maio de 2000, o valor subiu para R\$ 0,15. Para viabilizar o aumento, o contrato foi cancelado e substituído, no mesmo dia, por um novo instrumento firmado entre as partes, sem licitação. Em depoimentos à CPI dos Bingos, o procurador-chefe do Tribunal de Contas da União, Lucas Furtado, disse que a Caixa teve, entre 1997 e 2003, um prejuízo de R\$ 433 milhões no contrato com a Gtech, em razão de “aumentos não-justificáveis”.

Já a prorrogação do contrato feita no início de 2003, com validade até maio de 2005,

deu-se em condições favoráveis à Caixa e ao patrimônio público. Técnicos da empresa sustentam desde o início das investigações - sem que seus dados tenham sido refutados - que a negociação com a Gtech resultou em desconto de 15% no valor do contrato, representando uma economia de R\$ 100 milhões.

Além da vantagem financeira, a renegociação assegurou à Caixa a renúncia pela Gtech das ações judiciais, o que possibilitou-lhe avançar no processo de resgate do sistema de processamento e distribuição de loterias, cujo controle havia sido usurpado pela multinacional, a partir da privatização da

Datamec. Desde que ficou liberada pela Justiça, a Caixa realizou novas licitações e contratou as empresas responsáveis pela transmissão de informações, pelas máquinas e pelos insumos. Estão sendo substituídas mais de 25 mil máquinas em nove mil casas lotéricas, de 3.600 municípios.

Contrato com a Gtech deu prejuízo de R\$ 433 mi até 2003

A CPI ignorou os esclarecimentos do procurador Lucas Furtado, do TCU, e se ateve a denúncias descartadas pela Justiça

Palavra do TCU

Após auditoria solicitada pela própria CPI dos Bingos, o Tribunal de Contas da União (TCU) deu como acertados os procedimentos da Caixa nas negociações com a Gtech. Por decisão unânime de seus ministros, o Tribunal considerou que “a negociação foi feita em condições vantajosas” e que as providências permitiram à Caixa processar as loterias com sistema próprio, livrando-se da dependência tecnológica da multinacional.

Ao prestar esclarecimentos à CPI dos Bingos, o procurador Lucas Furtado reforçou a interpretação do TCU, com a seguinte declaração: “Em 2003, ou a Caixa renovava o contrato ou o sistema de loteria parava. Isso se devia, em primeiro lugar, às liminares que impedia, desde 2001, a conclusão das licitações que objetivavam dar liberdade à Caixa. Isso é fato, não é opinião minha”.

O procurador ressaltou ainda que “a Caixa Econômica, durante que oito anos de execução do contrato, jamais conseguiu reduzir custos, porque jamais exigiu que as negociações se dessem com base nos custos, que era o que deveria ter ocorrido desde o início”. E conclui dizendo que, “do ponto de vista da Caixa, do ponto de vista de quem está ao lado da administração pública, foi uma grande vitória reduzir custo... Se houve falha, ela deve-se à cadeia histórica existente desde 97, quando foi assinado o contrato”.

Tanto as conclusões do TCU como os esclarecimentos comple-



Foto: Célio Azevedo

mentares do procurador Lucas Furtado foram ignorados pela CPI dos Bingos, que preferiu se ater à versão formulada por um representante do Ministério Público, com base em denúncias descartadas, ainda em 2004, pela 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília.

Caso BMG

A Caixa viu-se acusada também de estar envolvida em negócio irregular com o banco BMG, do qual adquiriu a carteira de créditos consignados. De acordo com a denúncia, o contrato teria beneficiado o banco privado.

Neste caso, a CPI dos Bingos achou por bem levar em conta um relatório preliminar produzido por um auditor do TCU, documento que veio a ser desconsiderado por aquele Tribunal, dadas as suas inconsistências.

A Caixa contrapõe-se às denúncias fazendo a defesa da compra da carteira de crédito do BMG

Para o TCU, negociação com a Gtech em 2003 foi “vantajosa”

No caso BMG, a CPI guiou-se por relatório preliminar de um auditor do TCU, documento que havia sido descartado por aquele Tribunal

Foto: Marcia Kalume



Vices-presidentes da Caixa visitaram a Fenae e rebateram acusações surgidas na CPI. Sustentam como "normal" e "lucrativo" o negócio com o BMG



rigidos à empresa. Salientaram que a operação com o BMG gerou uma receita bruta de R\$ 355,8 milhões e consolidou a Caixa como a maior operadora brasileira no mercado de crédito consignado, com uma carteira de R\$ 3 bilhões.

Sobre a acusação de que o tempo para realização do negócio foi muito curto, demonstraram que a média de prazo para bancos privados fecharem o mesmo tipo de operação é de uma semana, enquanto a Caixa levou 23 dias até a aprovação do voto e 30 dias até a assinatura do contrato. Quanto ao fato de o ágio de R\$ 163 milhões ter sido pago à vista e não a prazo, explicaram que o pagamento de ágio a prazo não é praxe no mercado e poderia inviabilizar a aquisição, uma vez que o BMG recusou a proposta de parcelamento.

A Caixa considera um despropósito a afirmação de que não foi seguida determinação da área de risco para que não se desse crédito a instituições financeiras sem avaliação classificada como "A". A interpretação é de que a compra de uma carteira não tem nada a ver com análise de risco de crédito da instituição que está vendendo, pois não se trata de financiamento, mas sim de uma aquisição.

Retirada de recursos

Na dura e quotidiana batalha pela sobrevivência da Caixa, são também motivo de preocupação os ataques sistemáticos às fontes de recursos que dão sustentação às ações que lhe são demandadas pelo poder público e pela sociedade. As investidas têm o claro propósito de minar a saúde financeira da empresa e representam uma séria ameaça ao projeto de fortalecimento de suas iniciativas na área social.

Na teia dos arranjos políticos, materializados em projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, ganha cada vez mais força a idéia de se viabilizar a ida dos depósitos judiciais para a concorrência privada, o que seria um duro golpe para a Caixa como instituição pública - ela detém hoje cerca de 47% desse mercado, com R\$ 24,6 bi em depósitos das três esferas judiciais (Justiça Comum, Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

Estão também entre os alvos preferenciais dos que miram o desmonte da Caixa como instrumento de políticas públicas, os recursos oriundos do FGTS, das contas-salário e dos pagamentos do INSS.



Jorge Mattoso diz que denúncias são fruto da disputa política e que a busca por holofotes foi colocada acima da busca pela verdade



“Viúvas da privatização”

Em entrevista concedida ao site Carta Maior, o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, apontou três fatores que se misturam nessa cruzada contra a empresa. O primeiro, segundo ele, é pertinente à própria condição humana e diz respeito à inveja, que vem sendo despertada pela boa fase da Caixa, “talvez a melhor de sua história”.

O segundo fator apontado por Mattoso é “a reação das viúvas da privatização, que se deram conta de que a Caixa provou ser possível a um banco público, 100% público, ter eficiência e competitividade, cumprir as determinações de governo, contribuir com o desenvolvimento e apoiar políticas públicas as mais diversas, como no caso do pagamento de programas sociais como o bolsa-família e da inclusão bancária”.

Como terceiro fator, o presidente da Caixa identifica “a disputa político-eleitoral, que leva, muitas vezes, a que a busca dos holofotes e a divulgação de denúncias não comprovadas tornem-se mais importantes do que a busca da verdade”.

Na CPI dos Bingos, conhecida também como CPI do Fim do Mundo, as atitudes dos senadores que a controlam politicamente dão razão aos que enxergam essa mistura do objetivo de desgastar o governo, levando de roldão as insti-

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) tem se destacado entre os que buscam manter a Caixa na linha de fogo

tuições públicas, com a defesa de interesses do setor privado.

Plantar suspeitas sobre a Caixa tornou-se ali uma verdadeira obsessão de certos parlamentares, com especial destaque para o senador Álvaro Dias (PSDB-PR). O senador paranaense insiste em atirar sempre no mesmo alvo,



Foto: Roosevelt Pinheiro



sem se importar com o tipo de munição que utiliza, o que deixa em dúvida se suas motivações estão ligadas apenas ao momento político ou se estão carregadas também de interesses privados.

Para o vice-presidente da Fenaef, Pedro Eugênio Leite, é de fato estranha a fixação de Álvaro Dias em buscar motivos para denúncias contra a Caixa. “Ele precisa explicar melhor à sociedade e, em particular, aos paranaenses essa sua ira contra a empresa, porque a Caixa é importante não apenas para a União, mas também para os estados e municípios”.

Pedro Eugênio acha estranha a fixação de Álvaro Dias em promover denúncias contra a Caixa e cobra explicações do senador paranaense

Bicada de tucano

A privatização dos bancos públicos federais continua na cabeça daqueles que há poucos anos tentaram o desmonte da Caixa. Em recente entrevista à Folha de S. Paulo, a economista da USP, Eliane Cardoso, reconhecida como figura ligada ao PSDB, defendeu abertamente a privatização da Caixa e do Banco do Brasil como “medida imprescindível à transparência dos orçamentos do governo e à estabilidade financeira”. Ela entende que “bancos estatais representam empecilhos ao crescimento sustentado”.

O presidente da Fenae, José Carlos Alonso, considera que esse tipo de declaração acende a luz vermelha do alerta. “Estão em disputa na sociedade projetos que se distinguem de forma muito clara no tocante aos bancos públicos e precisamos estar cientes do que sig-



Economista
tucana
defende a
privatização
da Caixa

José Carlos Alonso enxerga uma disputa entre projetos distintos para o país, com perspectivas também diferenciadas para a Caixa

nifica cada um deles. Não tenho dúvida de que o futuro da Caixa está em jogo, com risco de sermos remetidos de volta ao passado recente, quando fazíamos a difícil luta contra a privatização”.

O período citado pelo presidente da Fenae ficou marcado pela política de reajuste zero nos salários, durante oito anos. Foi também o período do fechamento de agências por todo o país, da estagnação dos negócios nos grandes centros, da terceirização indiscriminada de serviços e da retração de iniciativas nas áreas sociais. Postos de trabalho eram eliminados aos milhares, o programa de assistência à saúde vivia



um processo de desmantelamento, imperava o assédio moral e os trabalhadores viviam ameaçados por transferências arbitrárias e demissões sem justa causa. Não restou desta fase nada que se possa ter como saudável para a empresa e como saudável para seus empregados. **FA**



Os bancários da Caixa guardam na memória o período da luta de resistência ao desmonte da empresa e à negação de suas conquistas

O Brasil precisa da Caixa

O Brasil precisa de mais políticas públicas.

Precisa de mais habitação para a sua gente e de mais saneamento e urbanização para aglomerados humanos.

Precisa ampliar e dar eficácia às ações de transferência de renda aos mais necessitados; precisa fazer chegar à juventude pobre programas que abram portas para a qualificação profissional, para o emprego e para o ensino superior.

Precisa assegurar acesso ao crédito e a serviços bancários aos milhões de brasileiros historicamente alijados do sistema financeiro nacional.

Precisa garantir o pagamento de aposentadorias a todos os assistidos da Previdência Social, estejam eles onde estiverem no território nacional; precisa assegurar o recolhimento de benefícios aos que precisam e desejam integrar-se ao sistema de previdência pública; precisa garantir os pagamentos do Programa de Integração Social (PIS) e do Seguro-Desemprego.

Precisa, enfim, oferecer cada vez mais a assistência, os serviços e as oportunidades a que todos os cidadãos têm direito, para tornar-se, de fato, um país de todos os brasileiros.

E não há como a sociedade brasileira prescindir de um banco público à altura desses desafios: O Brasil precisa da Caixa Econômica Federal.

No longo caminho percorrido pela Caixa há quase um século e meio, a solidez de sua missão histórica, sustentada na resistência de seus trabalhadores e da sociedade, manteve-a sempre na função de bem servir o país, com ações voltadas para o desenvolvimento social e econômico.

Mas há circunstâncias em que essa trajetória precisa ser reafirmada e situada no centro de nossas preocupações, pois sabemos que há no cenário político brasileiro projetos antagônicos sobre como realizar políticas públicas de desenvolvimento social. E neles se inserem políticas diferentes para a Caixa.

No passado ainda recente, todos lembramos, a Caixa foi colocada em uma perspectiva completamente diversa da que vive atualmente. A empresa - e aqui não cabe rodeios - estava sendo preparada para a privatização. Enfrentava um verdadeiro processo de desmonte e seus empregados viviam um período de incertezas, de baixa autoestima e, para muitos, de agravamento dos problemas de saúde.

No curso dos últimos três anos - não sem problemas e erros de foco -, a Caixa conseguiu se reerguer e retomar sua missão histórica. A empresa pode se orgulhar, por exemplo, de ter se colocado à frente da estruturação do cadastro do programa Bolsa-Família e de ser a repassadora dos recursos deste que já é considerado o maior e um dos mais eficientes

programas de transferência de renda do mundo.

A reação dos que se mantêm na trincheira do modelo que mira a destruição dos bancos públicos é, no entanto, proporcional ao sucesso das ações de fortalecimento da Caixa como motor e combustível para as políticas sociais. A empresa enfrenta nos últimos meses ataques que visam enclausurá-la na arena da disputa político-eleitoral em curso no país. No Congresso Nacional, sugere-se, inclusive, o indiciamento de dirigentes da Caixa, com base na distorção de fatos e numa flagrante inversão da lógica pela qual se busca a punição de culpados por irregularidades.

Fica ainda mais nítida a interpretação de que o cerco se fecha quando figuras de proa entre os que tentaram há poucos anos o desmonte da Caixa voltam a defender abertamente a privatização dos bancos públicos, numa eventual volta ao poder.

O momento requer que, novamente, ergamos nossa voz em defesa do que consideramos ser o papel reservado à Caixa: servir ao Brasil. Pois não há dúvida de que o Brasil precisa da Caixa.

*Diretoria Executiva da Fenaé
Brasília, março de 2006*

Em busca de fortalecer o movimento associativo

O CDN é o órgão máximo da Fenae. Uma de suas atribuições é a busca de resultados para o fortalecimento das Apcefs de todo o país

No dia 29 de maio, a Fenae faz aniversário. A entidade foi criada em 1971 e, nestes quase 35 anos de existência, não só testemunhou como participou dos episódios que impulsionaram a organização e a mobilização dos bancários da Caixa de todo o país.

Na Fenae, as decisões de caráter administrativo, social, econômico e político passam pelo seu órgão máximo, o Conselho Deliberativo Nacional (CDN), composto pelos presidentes das Associações do Pessoal da Caixa (Apcefs). Há, hoje, 27 associações de empregados federadas.

Uma das principais atribuições do CDN é buscar resultados visando o fortalecimento das Apcefs e do movimento associativo. Os encontros ordinários e regulares ocorrem a cada quatro meses e servem como espaço para a Diretoria Executiva

da Fenae e os representantes das Apcefs conhecerem as diversas realidades e trocarem experiências. O estatuto também prevê reuniões extraordinárias, convocadas pelo presidente ou por pedido escrito de pelo menos um terço de seus membros com direito a voto.

O Conselho Deliberativo Nacional é dirigido por uma Mesa Diretora, com presidenta (Fabiana Matheus - Apcef/SP), vice-presidente (Emerenciana Barbosa do Rêgo - Apcef/PE) e secretário-geral (Paulo César Carvalho de Lima - Apcef/AL).

“O CDN define atividades esportivas e culturais. As questões que envolvem o cotidiano dos empregados ativos e aposentados da Caixa também são objeto de debates”, explica sua atual presidenta, Fabiana Matheus. Ela observa que, nos últimos anos, presenças como

a do coordenador da CEE/Caixa, de diretores da Caixa e da Funcef têm sido frequentes, acrescentando: “Isso enriquece o debate e torna possível apresentar a esses dirigentes a realidade vivenciada e a expectativa do trabalhador da Caixa, reivindicando - ao vivo e a cores - as providências”.

Apcefs: logomarcas

Uma das mais recentes decisões do CDN se refere à unificação dos logotipos das Apcefs. Este processo de mudança será realizado de forma gradativa, com duração prevista de 18 meses. Estudo está sendo elaborado para selecionar as diversas propostas de marcas. Essas propostas serão discutidas durante a próxima reunião do Conselho Deliberativo Nacional, agendada para o final de abril em Salvador. 



Reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo Nacional da Fenae ocorrem a cada quatro meses

Cada vez mais PAR

A exemplo do Natal Sempre Presente, do CarnaPAR e do Para Mulheres, o programa de relacionamento dos empregados da Caixa vai organizar mês a mês uma campanha diferente. “O PAR está crescendo e com ele as oportunidades de premiação. Queremos estimular a participação dos empregados, oferecendo ainda mais serviços e ampliando as chances dos sócios de juntar pontos e ganhar mais”, afirma o presidente da Fenae, José Carlos Alonso.

As ações para 2006 vão contemplar os diferentes grupos de empregados, como mulheres, homens, crianças, melhor idade. Em todas elas serão realizados sorteios e oferecidos pontos e descontos, além de prêmios.

O Programa PAR conta hoje com mais de 53 mil participantes e entregou desde a sua criação cerca de cinco mil prêmios. A maior premiação aconteceu em janeiro



Marina, vencedora do CarnaPAR

Números do Natal Sempre Presente

Campanha	participantes	premiados
Associou Ganhou	713	713
Bola na Rede	3.380	65
É Show	2.772	800
CinePAR	3242	1170
PARViagem	3.827	1
Mascote	6.600	3

Cronograma das campanhas de 2006

Março	----- Dia Internacional da Mulher
Abril	----- Páscoa
Maio	----- Dia das Mães
Junho e Julho	----- Copa do Mundo
Agosto	----- Dia dos Pais
Setembro	----- Melhor Idade
Outubro	----- Dia das Crianças
Novembro e Dezembro	----- Natal

de 2006, quando foi realizado o grande sorteio do Natal Sempre Presente e a entrega de 1.776 prêmios, entre eles um carro zero.

Em fevereiro foi a vez do CarnaPAR, que levou uma associada, mais acompanhante, para curtir o feriado de carnaval em Serras Gaúchas (RS), um dos quatro destinos oferecidos. A sorteada foi Marina Barbosa Menezes, empregada da agência de Parangaba, em Fortaleza (CE). Participaram do sorteio 6.180 cadastrados. Serras Gaúchas foi o destino preferido com 2.689 opções, seguido de Recife (1.432), Bahia (1.345) e Rio de Janeiro (714).

Durante o mês de março, para homenagear o público feminino, o PAR preparou uma campanha exclusiva Para Mulheres. As participantes podiam acessar o site do programa e concorrer a quatro prêmios: uma viagem para Itacaré (BA) com acompanhante, um final de semana em um spa, uma jóia ou um notebook. A promoção encerrou-se no dia 28 de março.

Páscoa com caráter solidário

No mês de abril, o PAR terá a Páscoa como tema e a causa social como objetivo. Os participantes vão poder transferir seus pontos para os projetos sociais da Pastoral da Criança. “A cada um real ou 100 pontos doados, o participante ganha um cupom e, ao final da promoção, ao sorteio de prêmios”, afirma o gerente de comunicação do programa, Jonas Aguiar.



Parceirinho é o nome da mascote

Com 60% dos votos, o nome Parceirinho foi o vencedor da campanha “Dê um nome para a mascote”, realizada em dezembro pelo PAR. Gaspar e Pontolino, os outros nomes selecionados para a votação popular, ficaram com 26% e 14% dos votos, respectivamente.

Carro entregue em Erechim

Paulo Roberto Lazzari, empregado da Caixa de Campina do Sul (RS), recebeu o gol zero quilômetro no dia 10 de fevereiro em cerimônia realizada na sede campestre da Apcef/RS, em Erechim (RS).

Lazzari trabalha na Caixa há 16 anos e ocupa a função de caixa executivo. Formado em engenharia civil, casado, contou que vai fazer com o prêmio. “Agora vou poder fazer a esperada reforma na casa”, disse. E comentou: “O sorteio mostrou seriedade. Muitas pessoas não acreditam, mas participando a gente pode ganhar”.



Paulo Roberto recebe carro zero

O ato teve a participação de Pedro Eugênio Leite (vice-presidente da Fenae), Maristela Rocha (membro do Conselho Fiscal da Fenae), Célia Margit

Zingler (presidente da Apcef/RS), Gilberto Bittencourt (gerente da Fenae Corretora em Porto Alegre) e Duda Scartezini (diretor-executivo do PAR). 

Circuito Cultural em revista

A Fenae lançou em março deste ano a revista **Circuito Cultural**, para divulgação dos concursos que vem realizando, com destaque para as obras e os artistas premiados. A publicação será anual.

Na primeira edição, foram divulgados os resultados de todos

os concursos concluídos em 2005 - aquarela, cartoon, desenho infantil, fotografia e poesia - e também de dois outros realizados em 2004 - fotografia e literatura.

Em 2007, a segunda edição da revista **Circuito Cultural Fenae** dará divulgação aos resultados dos concursos concluídos ao longo deste ano.

A capa da edição que começou a circular em março foi ilustrada com a paisagem “Urbana Ribeiri-



inha”, de Mauro Beck Rolim da Rosa, do Amazonas, vencedor do concurso ArteFenae Aquarela. O artista é arquiteto, oriundo de Porto Alegre (RS). Em vistorias a empreendimentos da Caixa, ele viaja constantemente a várias localidades do estado do Amazonas, principalmente pelo Alto e Médio Solimões e Médio Amazonas. Conforme definição própria, “Urbana Ribeirinha é uma composição poética das palafitas da região norte, cujas pessoas têm um contato íntimo com o rio”.

Correção de imagem

Internamente, na página quatro, a revista **Circuito Cultural** deu como sendo de Mauro Beck a foto de seu colega de trabalho, o gerente de serviços de engenharia, Sérgio Mineiro. Para reparar um pouco do erro lá cometido, publicamos aqui a foto correta de Mauro Beck com o seu troféu de primeiro colocado.



8º Música Fenae em abril

A capital baiana, Salvador, será palco do 8º Música Fenae nos dias 27, 28 e 29 de abril deste ano. O evento acontecerá no Hotel Blue Tree e na sede de campo da Apcef, onde será realizada a etapa final com a apresentação dos músicos da Caixa e banda convidada. Seletivas foram realizadas em quase todos os estados e cada um deles participa com um representante e uma música.

“O objetivo do festival é oferecer aos empregados que também sejam músicos ou compositores a oportunidade de mostrarem o seu trabalho e, uma vez selecionados, gravarem um CD com a sua obra”, afirma o co-

ordenador do festival, Emanuel Souza de Jesus.

Representantes de 18 Apcefs devem participar do evento. Destes, serão classificados no primeiro e no segundo dia de festival os 12 melhores para a apresentação final no dia 29. Os vencedores das duas melhores músicas e das categorias melhor letra, arranjo e intérprete receberão pontos do Programa PAR, além de troféus.

Nos estados do Acre e do Rio Grande do Norte não aconteceram seletivas, mas haverá um participante no festival. Amapá, Paraná, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Sergipe e Santa Catarina não vão participar. 

Agenda

Dia 27

20h - 22h

Fase pré-classificatória

Local: Hotel Blue Tree Tower Salvador

Dia 28

20h - 22h

Fase pré-classificatória

Local: Hotel Blue Tree Tower Salvador

Dia 29

20h - 21h30 - Final

22h - Show com banda

23h30 - Resultados

24h - Festa de Confraternização

Local: Sede de Campo Apcef/BA

Resultado das seletivas estaduais

Estado	data do festival	vencedor	música
Acre	sem seletiva	Miguel Pacífico Belo Neto	“Moendo Cana”
Alagoas	10 de março	Eduardo Costa e Neilton Ferreira	“Assim, à sós”
Amazonas	17 de março	Valdo da Silva Aleme	“Contrastes”
Bahia	16 de março	Nilson Aquino	“Zoeira”
Ceará	17 de fevereiro	Jorge Inácio da Silva	“Fazendo História”
Distrito Federal	18 de março	Alexandre Vaz Roriz	“Legado”
Espírito Santo	18 de março	Geraldo Bolonha	“A Canção e a Razão”
Goiás	18 de fevereiro	Carlos César Costa (Cezinha)	“Amor (a coisa)”
Maranhão	11 de março	Benê Maia	“Cassino”
Minas Gerais	18 de março	Fernando Tanure	“Maromba”
Pará	17 de março	Jefferson Luiz	“Jeito do Avesso”
Paraíba	11 de março	Tarcísio Lima	“Triste Vida”
Pernambuco	17 de março	João Nascimento Souza	“Dumê”
Rio de Janeiro	17 de março	Ronaldo de Oliveira	Câncer Social
Rio Grande do Norte	sem seletiva	Francisco Astrogildo Cruz	“Caixa 2”
Rio Grande do Sul	16 de março	Angelino Rogério	“Sinal de Alerta”
São Paulo	18 de março	Augusto Kibata	“Só Por Hoje”
Tocantins	18 de março	Geanine Romanovski de Toledo Leme	“Duas Estrelas”

Todos os finalistas terão suas músicas incluídas no CD do festival e vão receber 20 cópias do que for produzido

Santa Catarina à espera dos Jogos da Fenae 2006

Blumenau foi escolhida para sediar de 19 a 26 de agosto os Jogos Fenae 2006, que traz 21 modalidades e terá a participação das Apcefs

O planejamento e o regulamento dos Jogos Fenae 2006 serão apresentados e aprovados na próxima reunião do Conselho Deliberativo, dias 27 e 28 de abril. O evento

será realizado em Blumenau (SC), nas instalações do Sesi e do Blumenau Tênis, na semana de 19 a 26 de agosto. As modalidades serão as 21 dos jogos passados.

O regulamento a ser aprovado prevê a

data-limite de 20 de junho para as Apcefs realizarem a inscrição da delegação de seu estado, indicando as modalidades das quais participa e a relação de competidores. O prazo previsto para que sejam feitas substituições na equipe será 1º de agosto. **FA**

Apcefs se preparam

Bahia - Inscreveu em fevereiro os atletas interessados em participar dos jogos. Depois dos treinos iniciados em março, acontecem os torneios para classificação.

Distrito Federal - As Olimpíadas da Caixa do DF estão previstas para o dia 4 de abril. As seletivas para os Jogos da Fenae começam também em abril, com definição das equipes até o mês de junho.

Mato Grosso do Sul - O torneio de verão nas modalidades vôlei de areia e futebol foi realizado nos dias 5, 12 e 19 de fevereiro.

Piauí - Os Jogos de Integração foram iniciados no dia 4 de fevereiro, com a disputa em 13 modalidades.

São Paulo - A 10ª edição dos Jogos da Integração começou no dia 11 de março, em Bauru. Outras regiões competem nos dias 25 de março, 8 de abril e 6 de maio. Os jogos finais acontecem dias 27 e 28 de maio, no Centro Comunitário (Cecom).

Santa Catarina - A 24ª edição dos Jogos da Integração será nos dias 21 e 22 de abril no Complexo Esportivo do Sesi.

Fique ligado!

Os competidores que pretendem participar dos Jogos Fenae 2006 precisam se associar à Apcef de seu estado até o dia 31 de março.

Negociações e mobilizações permanentes na Caixa

Comissão Executiva dos Empregados cobra urgência na solução de pendências como reintegração dos demitidos pela RH 008 e Sipon

Negociação permanente pressupõe mobilização permanente. Com base nessa premissa, o movimento dos empregados da Caixa continua intensificando a pressão sobre a direção da empresa, para fazer avançar itens ainda pendentes do processo de negociações permanentes, a exemplo da reintegração de todos os bancários demitidos pela RH 008 e da vinculação dos sistemas corporativos ao Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon).

Até o fechamento desta edição, a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) e os representantes da empresa haviam agendado rodada de negociações para o final de março, constando na pauta temas como o Sipon e outros itens referentes ao processo de negociações permanentes.

A RH 008 e o Sipon carecem de soluções definitivas

Há pontos pendentes da RH 008 que carecem de soluções urgentes e definitivas. A CEE/Caixa cobra que a reintegração seja estendida a todos os casos de empregados demitidos, levando-se em conta que há contingente grande de bancários com ação judicial e que tem a perspectiva de retornar à empresa. Até o momento, a Caixa concor-



Em 2005, CEE/Caixa e direção da empresa negociaram à exaustão para fechar acordo coletivo de trabalho

da em reintegrar apenas os empregados que obtiveram liminar na Justiça ou sentença de primeiro grau. Os casos restantes ainda seguem pendentes.

É fato que a revogação da RH 008, que vigorou entre fevereiro de 2000 e abril de 2003, foi uma importante vitória do movimento dos empregados. A Comissão Executiva dos Empregados continuará pressionando a direção da empresa até que todos os demitidos pela RH 008 sejam reintegrados.

Também a unificação dos sistemas ao Sipon é uma necessidade premente e visa evitar que a jornada de trabalho seja desrespeitada. Na avaliação dos representantes dos empregados, a Caixa deve agir rápido para começar a implementar país a fora o cronograma de interligação dos sistemas. **FA**



CUT: os eixos e as estratégias de luta para o ano de 2006

No campo sindical, uma das mais importantes atividades para este ano é o 9º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (ConCUT), a ser realizado de 6 a 9 de junho em São Paulo. A este evento caberá eleger a nova direção nacional da CUT e definir os eixos e as estratégias de luta para o próximo período, além de se posicionar sobre o momento político eleitoral.

Para falar sobre o 9º ConCUT, **FENAE AGORA** entrevistou seu coordenador e secretário-geral da CUT, Artur Henrique da Silva Santos - diretor do Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo. Eis alguns trechos da entrevista:

FA - Quais serão as definições mais importantes do 9º ConCUT para o próximo período?

Artur - A mais importante definição é a estratégia da CUT para o próximo período, a ser centrada no fortalecimento de seu projeto político-sindical. Investirá também na articulação com os movimentos sociais e na democratização do Estado, buscando ampliar os mecanismos de controle social e participação dos trabalhadores na consolidação de um projeto de desenvolvimento econômico sustentável, com justiça e inclusão social, em que o salário seja valorizado e haja mais empregos. Queremos uma CUT cada vez mais combativa, na perspectiva de construção de uma sociedade democrática e socialista.

FA - Como as diversas categorias estão se preparando para o 9º ConCUT?

Artur - Assembléias de base indicam delegados para os congressos estaduais e o nacional, assim como os departamentos por ramos fazem plenárias e indicam seus delegados diretamente para o 9º ConCUT. Serão realizados congressos estaduais para compor as delegações para o congresso nacional e efetuar o debate das teses. Três mil delegados estarão no 9º ConCUT, entre homens e mulheres, do campo e da cidade e de todos os setores de atividade.

FA - Como serão tratadas as questões pertinentes ao momento político eleitoral?

Artur - Para a consolidação de um projeto democrático e popular, a CUT mantém sua posição de autonomia e independência. Na conjuntura política inaugurada com o governo Lula, que queremos reeleito este ano, a orientação a seguir é fazer a disputa de classe mobilizando, propondo alternativas, denunciando erros e apontando acertos.



Artur Henrique, CUT Nacional

Rumo à implantação do novo plano e saldamento

Proposta de novo plano da Funcef é aprovada pelo Ministério da Fazenda e aguarda agora sinal verde do Dest e da SPC

Após ser aprovado pelo Conselho Deliberativo no dia 22 de dezembro, o novo plano de benefícios da Funcef foi aprovado pelo Ministério da Fazenda.

Para os conselheiros eleitos foi uma conquista significativa. “Foi um passo muito importante, porque o Ministério da Fazenda é o órgão de controle das contas da Caixa”, afirmou o conselheiro eleito, Antônio Bráulio de Carvalho. “Nossa expectativa é que o novo plano seja aprovado o mais rápido possível”, completou.

O novo plano seguiu para o Ministério do Planejamento, onde se encontrava até o fechamento desta edição. Ali ele necessita da aprovação do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest). Após este passo, será submetido à aprovação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC). Em seguida, será submetido ao Conselho de Administração da Caixa para, posteriormente, ser implantado.

“Com a aprovação pela SPC,



Fenae e Funcef em audiência com ministro Paulo Bernardo

iniciaremos uma campanha de comunicação junto aos empregados informando sobre as regras do novo plano e como será feito o saldamento dos participantes do atual REG/Replan”, informou o coordenador de relacionamento da Funcef, Valdir Gôngora. Ainda segundo ele, o prazo para os participantes efetuarem a migração será de dois meses.

Agilidade no processo

Para cobrar agilidade na aprovação do novo plano, os dirigentes da Fenae José Carlos Alonso (dire-

tor presidente) e Pedro Eugênio Leite (vice), acompanhados do diretor da Funcef Sérgio Francisco da Silva reuniram-se com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo. A audiência aconteceu em Brasília no dia 23 de fevereiro, da qual participou também o diretor do Dest, Eduardo Scarletsky.

“O encontro foi importante para ressaltar o consenso que foi construído entre a Caixa, Funcef e participantes quanto aos termos do novo plano e para explicar a importância que esse acordo representa para a patrocinadora e aos empregados”, explicou Alonso.

Tanto o ministro Paulo Bernardo quanto o diretor do Dest se dispuseram a colaborar para agilizar o processo.

Divisor de Águas

Para o diretor-presidente da Funcef, Guilherme Narciso de Lacerda, o novo plano se constituirá como um “divisor de águas” na fundação. “O novo plano foi criado para que deixem de existir problemas históricos de de-

Saldamento - Os participantes do REG/Replan que optarem pela nova proposta terão seu direito acumulado reajustado em 9%.

Equalização de índices e incentivos - A correção anual será feita com base no INPC, tanto aos que migraram como aos que não migraram.

Manutenção do poder aquisitivo - Havendo superávit nas contas da Funcef, 50%

será usado para a correção de premissas e 50% para melhoria dos benefícios.

Custo administrativo - Pelo REG/Replan, o custo de 2% era repassado aos aposentados, agora será 1% para os aposentados e 1% para a patrocinadora.

Contribuição Caixa - A contribuição da Caixa, que era de até 7% da folha de pagamento, agora será de até 12%.

mandas legítimas feitas pelos empregados da Caixa, deixando de existir participantes de primeira, segunda e terceira categoria”, afirmou.

Isso significa pôr um fim à segregação que existe hoje entre os assistidos. Para o conselheiro eleito Antônio Bráulio, o novo plano representa um avanço na unificação dos interesses dos empregados. “A nossa preocupação maior foi desenhar um plano que pudesse preservar os direitos acumulados e garantir que todos os empregados da Caixa se sentissem contemplados em um único plano. Com isso, são muitas as vantagens adquiridas, dentre as quais a luta por um objetivo comum. Em termos de gestão, poderá haver redução de custos administrativos e maior facilidade de fiscalização e acompanhamento por parte dos participantes”, afirmou.



Cerimônia instala Comitê de Ética da Funcef

O Comitê de Ética da Funcef, que atuará sob coordenação do Conselho Deliberativo, foi instalado no dia 23 de fevereiro com o objetivo de aprimorar os valores morais e os princípios ideais da conduta humana. Terá como função orientar e promover o cumprimento do Código de Conduta Corporativa da fundação.

São membros efetivos do comitê: Antônio Bráulio de Carvalho, Valéria Bressan de Souza e Carlos Ascensão de Andrade. Os suplentes são: Francisca de Assis Araújo Silva e Mauro Rodrigues Uchoa. 



Democratização na Funcef

Em maio serão realizadas eleições para a Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal da Funcef.

Foi aprovada na última reunião do CD, dia 9 de março, a instauração de uma comissão eleitoral, composta por cinco membros, responsável pela organização e execução do processo. Foram indicados: Hamilton Lacerda Alves, pela Caixa; Valéria Bressan de Souza, pela Funcef; e Jair Pedro Ferreira, José Herculano do Nascimento Neto e Edílson Barbosa Veloso, pelos participantes.

A reivindicação dos empregados, encampada pela Fenae, é de que haja democratização da diretoria, na qual seja garantida a paridade dos componentes e haja restrições ao voto de minerva. “Propomos que o voto de qualidade só seja adotado após o assunto ser tratado em três reuniões, sem que o impasse tenha sido solucionado. No caso de alteração do plano de benefí-

cios e do estatuto, assim como em definições sobre investimentos acima de 2% do patrimônio da Funcef, as decisões devem ser tomada por pelo menos cinco dos seis membros da diretoria”, defende Miguel Correia, diretor da Fenae e presidente do Conselho Fiscal da Funcef, eleito conselheiro pelos participantes.

Além disso, os participantes reivindicam a criação dos comitês de investimento e de benefícios. “Diferente do Comitê de Investimento interno que existe hoje, a proposta prevê que ele seja constituído por representantes da Caixa, da Funcef e dos participantes. Já o Comitê de Benefícios teria como função decidir o que fazer em casos de superávit e déficit”, afirma o diretor administrativo da Fenae, Jair Ferreira, membro do grupo de trabalho do novo estatuto.

A conclusão dos trabalhos do novo estatuto está prevista para os dias 22 e 23 de março.

Acusações infundadas na CPI

O Correio Braziliense noticiou no dia 23 de março que a CPI Mista dos Correios deve incluir em seu relatório final pedido de indiciamento do diretor financeiro da Funcef, Demósthene Marques, pela aplicação de R\$ 10 milhões no Banco Santos, que veio a sofrer intervenção.

A matéria afirma que o sub-relator ACM Neto quer que o Ministério Público investigue também a responsabilidade da diretoria da Funcef na operação. O argumento é de que a fundação teria condições de prever o risco, uma vez que possui um compliance, ou seja, “um setor específico e bem organizado para garantir que os negócios estejam de acordo com as normas”.

ACM Neto ignora os esclarecimentos prestados pela diretoria da Funcef à CPI. Descarta, por exemplo, o fato de o investimento no Banco Santos ter sido feito à luz de balancetes que indicavam rating “A” para o banco, o que significava segurança média-alta. Em outras palavras, o risco era compatível com as circunstâncias em que se deu a operação.



Demósthene Marques, diretor da Funcef

O parlamentar sequer leva em consideração que o investimento não foi feito diretamente pela Funcef, mas sim através de um fundo de investimento gerido por terceiro, no caso a Caixa Econômica Federal. A Funcef limitou-se apenas a verificar se as iniciativas dos gestores estavam enquadradas nos limites operacionais definidos para a assunção de risco de crédito. “Todos os dados existentes no mercado e no próprio Banco Central sobre a situação do Banco Santos, demonstravam que os riscos eram perfeitamente compatíveis com a realização do investimento”, explica Demósthene Marques.

Os R\$ 10 milhões investidos no Banco Santos, em 2004, eram parte de um fundo de investimento da ordem de R\$ 1,8 bi. O fundo integrava uma carteira de investimentos em renda fixa, cujo volume ultrapassou 10 bilhões naquele ano e atingiu rentabilidade que superou a Selic média do período em 1,8%. Comparado com o que se poderia obter pela taxa básica, o resultado representou R\$ 185 milhões a mais.

Em 2004, o resultado global da política de investimentos da Funcef foi de R\$ 1,7 bi, o que permitiu a destinação de recursos para a viabilização de um novo plano de benefícios para a fundação.

Demósthene Marques lembra que a Funcef foi vítima de inúmeras acusações infundadas e de ilações de toda ordem dentro da CPI. “Mas o que se comprovou foi que nada existiu”, frisou ele. Restou ao sub-relator ACM Neto apegar-se ao caso Banco Santos, no qual a Funcef foi mais vítima de que qualquer outra coisa, para então produzir sua peça acusatória. FA

Prejuízo superior a R\$ 2 bilhões na era FHC

A Funcef entregou documento à CPI dos Correios no qual revela que o prejuízo da fundação entre 1995 e 2002, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi superior a R\$ 2 bilhões. Segundo o levantamento, o prejuízo decorre de investimentos com fortes indícios de fraude, nos quais não foram obedecidos quesitos de liquidez, segurança e rentabilidade.

Entre dezembro de 1995 e outubro de 1997, no primeiro mandato de FHC, a Funcef realizou 207 operações de contratos na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e teve prejuízos em 205 delas. Somente essas operações somam uma perda atuarial de R\$ 182 milhões, aponta o documento.

Prejuízos (1995-2002)

Projetos	Perda atuarial (R\$ milhões)
Crefisul	27,0
Casa Anglo	277,0
Letras de SC	68,0
Serra Sul	95,0
Teletrust	91,0
Wet'n Wild Salvador	44,0
Wet'n Wild Rio	168,0
Bougainville	31,0
Shopping Pantanal	35,0
Hotéis Blue Tree	655,0
Ações Blue Tree	17,6
Renaissance Hotel	373,0
Operações na BMF	182,0
Total	2.063,6



Verbas para a moradia de interesse social

Governo vai destinar R\$ 1 bilhão para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, segundo anúncio feito por Lula em fevereiro

A julgar pelo pacote para elevar o crédito imobiliário e reduzir impostos no setor de construção civil, lançado no início de fevereiro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os recursos destinados para as moradias de interesse social vão crescer em 2006. Na cerimônia ocorrida em Brasília, Lula anunciou oficialmente que o governo federal pretende disponibilizar R\$ 1 bilhão para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

A medida é uma conquista dos movimentos sociais urbanos e das entidades que lutam pela reforma urbana. Em novembro do ano passado, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR) participou de audiências públicas no Congresso Nacional e percorreu gabinetes de órgãos públicos federais para solicitar maior

fatia de verbas orçamentárias para o FNHIS: a reivindicação inicial era de R\$ 1,2 bilhão.

A aplicação de R\$ 1 bilhão em projetos prioritários, como a urbanização de favelas, a retirada de famílias de áreas de risco e a construção de novas moradias, carece ainda de maiores definições. Este papel caberá ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, cuja instalação foi cobrada em recente carta encaminhada ao presidente Lula e aos ministros Márcio Fortes (Cidades) e Dilma Rousseff (Casa Civil).

A regulamentação do FNHIS e a instalação imediata de seu conselho gestor foram debatidas na 2ª Conferência Nacional das Cidades, realizada no ano passado em Brasília. O evento reuniu representantes das três esferas go-

vernamentais e da sociedade civil, ocasião em que foram aprovadas propostas para a gestão participativa nas cidades, para a desburocratização dos financiamentos habitacionais e para a definição do papel da União, estados e municípios na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

Outro alvo foi a nova composição do Conselho das Cidades (ConCidades). Atualmente, o ConCidades é formado por 71 integrantes titulares, 71 suplentes e 27 observadores. A Feneae manterá sua representação no ConCidades. O cargo na suplência passará a ser ocupado por Jair Pedro Ferreira (diretor de Administração e Finanças). A Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa (Aneac) também foi contemplada com uma suplência no ConCidades. **FA**

FNUR exige que dinheiro beneficie a população carente

Transferência de riquezas dos ricos para os pobres

A cobrança de um imposto sobre a riqueza ajudaria a diminuir a desigualdade social que existe hoje no Brasil

Uma das primeiras medidas sinalizadas pelo presidente do Movimento ao Socialismo (MAS) eleito na Bolívia, Evo Morales, foi o pedido de formulação de uma proposta de imposto sobre a riqueza aos que ganham acima de 8 mil bolivianos (cerca de R\$ 2,3 mil). Segundo afirmou, o objetivo visa a equidade social e não a punição da riqueza. “Queremos que todos participem de forma conjunta”, afirmou o Morales.

No Brasil, ainda nenhum governante teve coragem para tanto, mesmo com uma realidade social tão discrepante. Para se ter uma idéia, em 2000 existiam 1,162 milhão de famílias ricas no país (2,4% da população brasileira) com uma renda mensal média de R\$ 22.487. Um valor 14 vezes maior do que a renda média do país e cerca de 80 vezes superior à considerada abaixo da linha de



pobreza. Os dados constam do “Atlas da Exclusão Social - Os Ricos no Brasil” (Cortez Editora), feito com base em informações dos censos de 1980 e 2000 e da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio).

Com relação ao impacto da renda dos ricos sobre o PIB, a pesquisa

revela que as cinco mil famílias “muito ricas” (0,01% do total) reúnem um patrimônio que representa 45% do PIB (Produto Interno Bruto), acumulando R\$ 691 bilhões, de acordo com dados de 2003. “Se hoje a renda fosse distribuída, estaria garantida a cada brasileiro seis vezes mais aquilo o que ele necessita para sobreviver”, afirma o economista e professor, Márcio Pochmann, organizador da pesquisa.

Em termos comparativos do poder aquisitivo entre as classes mais ricas e as mais pobres, um trabalhador que ganha um salário mínimo de R\$ 350 por mês que quisesse comprar uma lancha teria de juntar todo o seu dinheiro por 1.042 anos, ou seja, sua décima primeira geração, considerando uma estimativa de vida de 100 anos. Outra comparação: o dinheiro investido numa Ferrari 550, como a do craque Ronaldinho, seria suficiente para alimentar 2.400 famílias do Programa Fome Zero por um ano.



Tributação

A fixação de impostos indiretos, ou seja, que incidem sobre o consumo, bem como os impostos diretos sobre a renda, contribui para aumentar esta desigualdade.

Hipoteticamente, uma pessoa que ganha R\$ 300 por mês e gasta todo o seu dinheiro com consumo, vai pagar 20% em tributos fixos, ou seja R\$ 60, o que representa 20% do total do seu salário. Já uma pessoa com renda de R\$ 30.000 mensais, e que gasta R\$ 3.000 com consumo, paga R\$ 600 em impostos, o que representa apenas 2% do total do seu salário.

No caso do imposto de renda, dados do IBGE de 1994 demonstram que 45% dos 460 proprietários dos maiores patrimônios declarados no país (estimados entre US\$ 19,2 milhões e US\$ 784,3 milhões) pagaram menos de US\$ 20 mil. Destes, 12% justificaram o aumento de seus patrimônios com

rendimentos não tributáveis e 5% não justificaram o aumento patrimonial. Estes mesmos 460 contribuintes declararam rendimentos semelhantes a simples cidadãos de classe média.

A tributação sobre o patrimônio chega a apenas 3%

Em muitos países a tributação sobre a renda e o patrimônio é maior do que a tributação sobre o consumo. No Brasil, a tributação sobre o patrimônio é de apenas 3% do PIB e sobre a renda de 7,1%, enquanto que sobre o consumo, representa 47,9% (veja tabela comparativa).

Uma outra forma de tributação é sobre o patrimônio, como o ITCMD (Imposto so-

bre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos), que acontece na forma de doações e herança. Cobra-se 4% de imposto sobre valores dos bens ou direitos, não importando se trata-se de 1 bilhão ou 10 mil reais. Além disso, esta cobrança é 10 vezes menor do que os impostos sobre os alimentos, por exemplo.

Desta forma, a carga tributária sobre a renda, lucros e ganhos é cobrada de forma regressiva no Brasil. Quem tem menos, paga mais impostos e quem tem mais, por sua vez, paga menos, como acabamos de demonstrar.

“No Brasil, temos uma carga tributária regressiva. Pagam mais impostos aqueles que menos ganham. Ela é alta e concentrada na população pobre. Porém, é baixa em relação aos extratos superiores de riqueza. Os ricos praticamente não pagam impostos, tanto porque encontram brechas na legislação ou pela falta de leis, como taxas sobre a riqueza e herança”, afirma Pochmann.



Quadro comparativo do total de tributos no Brasil e em outros países (1996)

Países	Impostos sobre a renda	Impostos sobre os lucros de sociedade	Seguridade social	Impostos sobre a folha (empregadores)	Impostos sobre o patrimônio	Impostos sobre bens e serviços	Outros
França	14,4	3,8	42,9	2,4	5,0	27,3	4,2
Alemanha	24,6	3,8	40,9		2,9	27,8	
Espanha	23,3	5,9	35,9		5,4	29,4	
Portugal	19,2	8,8	25,9		2,5	42,9	0,6
Itália	35,0	5,5	34,0	0,2	5,1	25,7	
Dinamarca	59,0	4,9	3,1	0,4	3,4	33,0	0,2
Reino Unido	27,5	9,3	17,7		10,5	34,7	0,3
EUA	36,4	9,5	25,1		11,1	17,9	
Japão	21,4	15,1	36,3		11,6	15,0	0,7
Brasil	7,1	10,7	10,9	15,7	3,0	47,9	4,7

Fonte: OCDE (Internacional) e IBGE (Brasil)

Tributar a riqueza

Sob as mais variadas denominações, imposto sobre patrimônio, sobre fortuna ou ativo líquido do contribuinte, o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) foi colocado em prática em vários países como França, Alemanha, Bélgica, Grã-Bretanha, Grécia, Itália, Portugal, Espanha e Dinamarca, e, em alguns deles, continua sendo cobrado até hoje.

Para dar apenas um exemplo, vejamos o caso da França. Lá a riqueza é taxada de 0,5% a 1,8% na faixa de patrimônio entre US\$ 856.732 e US\$ 17.854.542. A herança também é tributada de 5% a 40% em valores que vão de US\$ 53.476 a US\$ 1.955.691. “Neste caso são cobradas porcentagens pequenas, a partir de faixa de riqueza bem altas, e possibilitando grandes deduções na declaração de patrimônio, o que torna a questão um problema não apenas tributário, mas político, uma vez que diz respeito a tributação da riqueza de uma classe ex-

Constituição de 1988 prevê a instituição do IGF

clusiva”, analisa o economista Reinaldo Gonçalves da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No Brasil, a Constituição de 1988 (art.153, inciso VII) prevê a instituição de um imposto sobre grandes fortunas, porém ele não foi regulamentado por uma série de razões, principalmente políticas.

“Problemas internos e externos emperraram a adoção do imposto”, afirma a advogada Maria Clara de Mello Motta no artigo Tributação sobre grandes fortunas: fenômeno de recepção no campo fiscal. “Todo aumento da carga tributária corresponde a um movimento de resistência por parte dos sujeitos passivos. Além da natural resistência dos contribuintes, observa-se forte tendência neoliberal de redução de tributos - face ao enxugamento da máquina no Estado - que se amplia pelos países membros de comunidades internacionais, até porque vital à necessária harmonização de suas políticas fiscais”, diz ela.

O raciocínio do professor de Economia Constitucional da PUC do Rio de Janeiro, Jorge Viana Monteiro, segue a mesma linha. “Os agentes privados sobre os quais se daria a incidência desse imposto antecipam o ônus gerado pela tributação e, portanto, legitimamente mobilizam-se no processo político para que essa regulamentação não avance na agenda dos legisladores ou da alta gerência do Executivo”, afirma.

Para ele, há ainda o interesse de grupos que buscam obter ganhos especiais dentro do processo político (o que denomina-se *rent seeking*) e usam de influência sobre os meios de comunicação para barrar o que não é de seu interesse. “*Lobbying*, uso da mídia, e financiamento de campanhas eleitorais são as principais frentes a que habitualmente recorrem os grupos de interesses, em apoio a suas demandas. No caso, a demanda é pela não criação de um imposto. Para alguns autores mais puristas, esse *rent seeking* seria, de fato, um *rent*

País	Impostos (%)		Faixa de Incidência (US\$)	
	Herança	Riqueza	Herança	Riqueza
França	5 a 10	0,5 a 18	de 53.476 a 1.955.691	de 856.732 a 17.854.542
Alemanha	7 a 30	0	de 229.183 a 28.815.890	0
Noruega	8 a 20	0,7 a 1,1	de 15.279 a 53.476	de 15.279 a 78.885
Suécia	10 a 30	1,5	de 7.639 a 114591	a partir de 114.591
Suíça	10 a 50*	0,05 a 0,3	varia de acordo com a idade	de 100.069 a 2.100.283
Reino Unido	40	0	a partir de 359.052	0
Portugal	3 a 50	0	12.525 a 311.979	0
Espanha	7,65 a 34	0,2 a 2,5	9.363 a 953.876	de 195.607 a 12.518.594
Grécia	5 a 25	0	de 34.296 a 197.594	0
EUA	18 a 50	0	de 626.432 a 3628.724	0
Japão	10 a 70	0	de 1.222.307 a 15.278.839	0
Índia	30	1	a partir de 700	a partir de 34.884

Fonte: OCDE (Internacional) e IBGE (Brasil)

Bilionários brasileiros

Nome	Empresa	Patrimônio estimado (US\$ bilhões)
Joseph e Moise Safra	Safra	US\$ 7,4
Aloysio de Andrade Faria	Banco Real	US\$ 3,8
Jorge Paulo Lemann	AmBev	US\$ 3,4
Antônio Ermínio de Moraes	Votorantim	US\$ 3,2
Julio Bozano	Bozano	US\$ 1,6
Abilio Diniz	Pão de Açúcar	US\$ 1,6
Marcel Herman Telles	Ambev	US\$ 1,5
Guilherme Peirao Leal	Natura	US\$ 1,4
Antonio Luiz Seabra	Natura	US\$ 1,4
Elie Horn	Cyrela	US\$ 1,3
Carlos Sicupira	AmBev	US\$ 1,3
Dorothea Steinbruch	Vale do Rio Doce e CSN	US\$ 1,2
Henrique Constantino	Gol	US\$ 1,1
Joaquim Constantino Neto	Gol	US\$ 1,1
Ricardo Constantino	Gol	US\$ 1,1
Constantino de Oliveira Jr	Gol	US\$ 1,1

Fonte: Revista *Forbes* (13 de fevereiro de 2006).

avoidance: os grupos mobilizam-se para que não lhes seja lançado um ônus”, conclui Monteiro.

Imposto de solidariedade

“Diferente do Imposto sobre Grandes Fortunas, o imposto solidário prevê uma cobrança de imposto mensal sobre a riqueza acumulada a partir de certo valor, com a finalidade de equilibrar as contas públicas e recuperar a economia e o desenvolvimento imediato do país”, afirma Gonçalves.

Esse tipo de taxa foi proposto pelo então deputado Milton Temer em 1999. “Estamos propondo que alcancemos aquelas empresas que tenham patrimônio superior a R\$ 100 milhões e aqueles patrimônios familiares superiores a R\$ 40 milhões, sem confisco, para serem pagos, nos próximos quatro anos, 10% desse patrimônio. Ou seja, estamos pro-

pondo a transferência de menos de 5% do total do patrimônio privado brasileiro, hoje concentrado em 1% de capital, para os chamados setores desprotegidos, que estamos contemplando com a nossa proposta de renda mínima”, afirmou em plenária no dia 3 de dezembro de 1999. A proposta foi vetada pelo Congresso.

Heranças/doações

Atualmente o senador Aloisio Mercadante propôs a cobrança de um imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e que suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa” (PEC 17/2003). Projeto com este objetivo encontram-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, com parecer do senador José Maranhão e aguarda para ser incluído na pauta. Outra proposta de sua autoria prevê o imposto progressivo para herança ou doação

US\$ 33,5 bilhões são acumulados por 16 brasileiros

com alíquotas definidas em lei complementar diferenciadas de acordo com o valor e o grau de parentesco entre as partes envolvidas. A emenda foi acatada pelo relator, senador Romero Jucá, e aguarda aprovação na Câmara dos Deputados.

Dividindo o bolo

Pesquisa recente publicada pela *Forbes* revelou os 793 bilionários do mundo. Dentre eles, 16 brasileiros integram a lista, com patrimônio de US\$ 33,5 bilhões. Se hoje fosse cobrado 5% de IGF e 10% de imposto de solidariedade sobre essa riqueza, seria arrecadado cerca de US\$ 5 bilhões (R\$ 11,5 bilhões com o dólar a R\$ 2,30), o suficiente para alimentar 15,39 milhões de famílias cadastradas no Bolsa-Família, o dobro das atendidas por ano, hoje.

Parece haver consenso entre os economistas de que uma reforma tributária com distribuição de renda precisa manter a progressividade dos impostos, fazendo pagar mais quem ganha mais, e tributando mais o capital do que o rendimento do trabalho. E mais, é necessário uma firme implementação de impostos sobre o estoque de riqueza, como o IGF e o imposto de solidariedade. **FA**



Aloisio Mercadante (PT/SP)

Livro: instrumento de transformação

Pão para o espírito
Ó, bendito o que semeia
Livros, livros à mancheia
E faz o povo pensar
O livro caído n'alma
É gérmen que faz a palma
É gota que faz o mar

Castro Alves

Vamos falar do assunto do momento. Temos Bienais do Livro nesta época. Minha cidade, Florianópolis, dedica abril ao livro, com especial atenção à criança. Dia 2 é Dia Mundial do Livro Infanto-Juvenil, homenagem ao dinamarquês Hans Christian Andersen (1805-1875), nesse dia nascido; quem não conhece “Patinho Feio”? É dele. A 18, Dia Nacional do Livro Infantil, homenagem a Monteiro Lobato, nascido a 18 de abril de 1882 (morto em 1948).

Não me preocupa tanto o fato da criança ler menos e ver TV. O que precisamos é tirar este maravilhoso veículo das mãos de quem pretende transformar ignorantes em idiotas. A virtude está

no meio, disse Aristóteles já lá se vão 2.400 anos. Importante a leitura. Ativa neurônios diferentes. Trata-se de uma passagem - das letras ou ideogramas etc. ao audiovisual. Ao ler a gente forma imagens na cabeça. Importante ler. Importante ver TV. Mas vamos aos livros. Destaco três.

Dom Quixote de La Mancha

Tinha lido Lobato, Dom Quixote Para as Crianças. João Antônio chamou Cervantes de “pai, mãe e avô de todos os grandes da literatura ocidental”. Como pude chegar aos 65 sem ter lido? Tudo ali, na monumental obra lançada em 1605, não bastasse a imortal criação do Quixote. Hipertexto, metalinguagem. Poesia, crítica. Até feminismo!

Numa das histórias paralelas, Cervantes narra o caso de Marcela, camponesa tão bela que enlouquece rapazes. Um, não correspondido, se mata. No enterro, insultada pelo amigo do morto, faz bela defesa de sua liberdade de recusar casamento por conveniência e escolher quem lhe toque o coração.

Associação internacional de escritores fez enquete: qual o maior de todos? De 100 consultados, 50 responderam: Cervantes. O resto se dividiu entre Dostoiévski, Faulkner, García Márquez e outros gênios.

A Lei da Selva

Profissionalmente, editei o texto desta beleza sobre a guerrilha do Araguaia, do jornalista Hugo Studart, recém-lançado pela Geração Editorial. Hugo usou lente inédita para examinar o episódio: o imaginário dos militares que exterminaram o foco guerrilheiro há três décadas.

O que se passou na cabeça de nossos militares quando, em nome de elevados princípios tais como “razões de Estado”, trataram compatriotas rebelados como não se trata o pior dos inimigos, torturando-os, executando-os sumariamente, vilipendiando seus cadáveres, decapitando-os, chutando-lhes as cabeças, negando-lhes sepultamento digno, sonogando seus restos mortais às famílias?

Um retrato descarnado da Guerra Fria na periferia.

Paixão de João Antônio

De minha autoria, editora Casa Amarela. Biografia daquele que críticos põem entre nossos maiores escritores do século 20, “clássico velhaco” aos 26 anos, traduzido em alemão, espanhol, francês, holandês, inglês, italiano, polonês, romeno, russo, tcheco, seus desbragados amores, sua insólita maneira de morrer, segundo minha narrativa calcada em meio milheiro de cartas trocadas, fontes escritas e gravadas, memórias da convivência de três décadas.

Faz dez anos que JA morreu, sozinho, no apartamento de Copacabana, encontrado três semanas depois, decomposto. Só a incúria ou ignorância de nossos comunicadores explica que seja pouco conhecido entre nós. Ele nos dá “um banho incrível de humanidade”, disse o crítico-mor Antonio Candido.

Vamos ler mais? E, olhe, criança imita. Se você não lê, seu filho não lê. **FA**





Rota X - Moto Clube: motociclistas da Caixa

Pura adrenalina

O grupo Rota X - Moto Clube, que hoje reúne cerca de 189 integrantes, está aí para comprovar: o motociclismo é coisa séria, além de pura adrenalina. Não há distinção de marcas, tamanho, estilo ou potência. O que importa, acima de tudo, é o domínio completo da técnica de conduzir uma moto pelas ruas e estradas do país.

A paixão por duas rodas une homens e mulheres com uma característica peculiar: afinidade profissional. O Rota X - Moto Clube é formado exclusivamente por empregados da Caixa Econômica Federal, mas não há restrições à participação de cônjuge ou parentes.

Do contato aqui e ali, após um passeio/almoço para a cidade de Morretes, a 90 quilômetros de Curitiba, com o pessoal do “Barata Cascuda”, os bancários Luiz Alberto Maçaneiro, Reinaldo Weigert Filho e João Luiz Bendlin tiveram a idéia de fundar um clube para congregar os trabalhadores da Caixa. A criação do grupo data de 31 de maio de 2003, inicialmente com a adesão de 29 motociclistas do Paraná. O primeiro encontro ocorreu na sede da Apcef/PR.

Hoje, além do Paraná, o Rota X - Moto Clube está espalhado por mais 15 estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. Surgiram ainda, recentemente, regionais em cinco cidades do interior: Cascavel (PR), Londrina (PR), Maringá (PR), São José do Rio Preto (SP) e Uberlândia (MG).

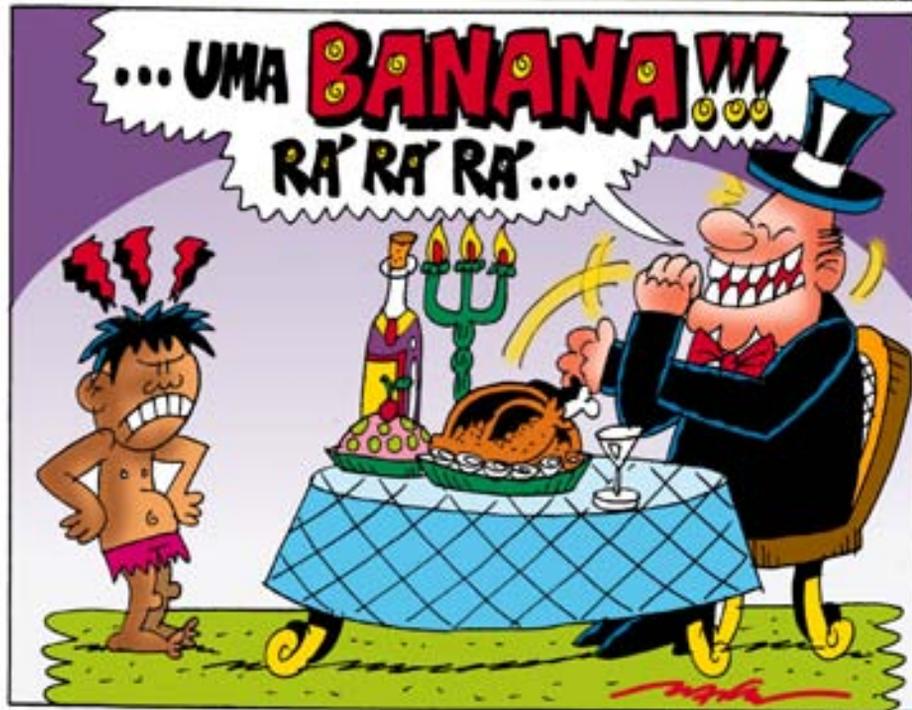
Não há custos para se associar ao clube. Os encontros acontecem sempre de maneira informal, com muito espírito de aventura. Um dos pioneiros do Rota X - Moto Clube, Luiz Alberto Maçaneiro, explica como tudo funciona: “Motociclismo é informalidade. Não dá para estabelecer regras, pois a meta é a liberdade.

Regra mesmo só para garantir a segurança dos motociclistas”.

A turma da Caixa, segundo ele, também costuma sair por aí de moto. Viagens mensais são feitas com alguma frequência. Informações adicionais sobre o Rota X -

Moto Clube podem ser obtidas no site

www.rotaxmotoclube.com.br. 



www.marciobaraldi.com.br

Para

Apolonio de Carvalho que sobreviverá...

Nessa hora de cinzas...

Pedro Terra* - poeta

Hoje, quando a primavera pública reclama teu corpo para manter acesa a explosão das flores e fecundar a vertiginosa aventura da vida, indago dos ipês deste setembro: "Vale a pena sonhar?"

E recolho nas sombras da memória onde oculto meus fantasmas a urgente caligrafia dos relâmpagos com que você redigiu sua resposta: "Vale a pena sonhar."

Tardio, deixo sobre teu coração arado pelas batalhas do século, como a última folha do inverno que se despede, um verso antigo, dito em voz baixa, diante da luz maravilhada dos teus olhos.

Talvez já estivesse escrito - e não sabemos - pelas mãos invisíveis do poeta que nos habita o sangue, nos muros de uma cela da Rua da Relação; nas encostas do vale do Ebro; numa esquina sombria de Toulouse ocupada; num calabouço da Barão de Mesquita ou nas páginas de um livro de atas, no colégio Sion:

Nessa hora de cinzas e sonhos devastados, recolher nas mãos aquela estrela que entre as dobras da sombra se revela e acender a metade humana que combate e combatendo recria, apaixonadamente, a utopia.

*Pseudônimo de Hamilton Pereira, presidente da Fundação Perseu Abramo

Expediente

Administração e redação: Setor Comercial Sul, quadra 1, Bloco C, nº 30, Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar, Brasília (DF) CEP - 70395-900 - Telefone (61)3323-7516 - Fax (61) 3226-6402 / www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br **Diretoria Executiva - Diretor-presidente:** José Carlos Alonso Gonçalves. **Diretor vice-presidente:** Pedro Eugênio Beneduzzi Leite. **Diretor de Administração e Finanças:** Jair Pedro Ferreira. **Diretora de Comunicação e Imprensa:** Maria de Jesus Demétrio Gaia. **Diretor de Esportes:** Marcos Aurélio Saraiva. **Diretor de Cultura:** Emanuel Souza de Jesus. **Diretores Executivos:** Jesse Krieger / José Miguel Correia / Fernando Ferraz Rêgo Neiva. **Conselho Fiscal - Titulares:** Olívio Gomes Vieira / Maria Eny Estevam / Charles Robert Rabêlo Campos. **Suplentes:** Luiz Ricardo Maggi / Maristela da Rocha / Ely Custódio Freire. **Conselho Deliberativo Nacional - Presidente:** Fabiana Cristina Meneguele Matheus. **Vice-presidente:** Emerenciana Barbosa do Rêgo. **Secretário-geral:** Paulo César Carvalho de Lima. **Edição e redação:** Antônio José Reis / Evandro Peixoto / Michelle Rusche. **Fotos:** Augusto Coelho. **Design e ilustração:** Lisarb Sena de Mello. **Colaboradores:** Márcio Baraldi / Mylton Severiano. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 65 mil exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita.

Mais chances à arte no Circuito Cultural Fenae 2006

Em 2006, o Circuito Cultural Fenae continua e tem ainda diversas novidades. Confira abaixo o cronograma dos concursos que serão lançados este ano com o objetivo de promover a integração dos empregados da Caixa e seus dependentes, além de criar espaços para que os mesmos apresentem seus dons artísticos. Os regulamentos e fichas de inscrição poderão ser acessados nos sites da Fenae (www.fenae.org.br) e do Programa PAR (www.programapar.com.br).

Cronograma:

- Janeiro - **ArteFenae Quadrinhos 2006**
- Fevereiro - **ArteFenae Animação 2006**
- Março - **LetraFenae Poesia 2006**
- Abril - **ArteFenae Aquarela 2006**
- Maio - **ArteFenae Cartoon 2006**
- Junho - **ArteFenae Desenho Infantil 2006**
- Julho - **ArteFenae Vídeo 2006**
- Agosto - **LetraFenae Crônicas 2006**
- Setembro - **FotoFenae 2006**
- Outubro - **ArteFenae Caricatura 2006**
- Novembro - **ArteFenae Óleo e Acrílico**
- Dezembro - **LetraFenae Contos**

Há 33 anos a Corretora do
Pessoal da CAIXA.



Isto sim é parceria segura.

FENAE
CORRETORA DE SEGUROS

Parceria segura.

www.fenaeseg.com.br

0800 601 8080